

ARISTÓTELES E A HISTÓRIA DO CETICISMO

Em afetuoso reconhecimento a meu caro amigo e colega, Tony Long.

Alan Code
STANFORD UNIVERSITY
Email: acode@stanford.edu

Tradução: Gabriel Geller Xavier
Universidade Federal de Ouro Preto
Email: gabriel.xavier@ufop.edu.br

1 Aporias e a busca pelo conhecimento

No interesse de aprofundar nossa compreensão do lugar de Aristóteles na história do ceticismo, A. A. Long sustentou que Aristóteles legou à posteridade uma metodologia que toma certas estratégias céticas, suscetíveis de serem usadas para lançar desafios a pretensões de conhecimento, e as emprega, ao invés disso, em auxílio da manutenção de uma busca pelo conhecimento.¹ No curso de ilustrar e defender essa conclusão em seu artigo *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, Long põe em relevo, com grande clareza, diversos aspectos em que as discussões metodológicas de Aristóteles revelam uma consciência da utilidade, para seus próprios propósitos, de expedientes argumentativos que, de uma forma ou de outra, desempenham um papel no arsenal do cético. Aristóteles, com efeito, mostra-se consciente da necessidade de responder, em nome de sua epistemologia, a uma variedade de objeções que, se bem-sucedidas, minariam a possibilidade de conhecimento tal como ele a concebe. Neste ensaio discuto algumas dessas estratégias, bem como o contorno geral de sua atitude quanto ao uso de aporias em filosofia.

Meu foco não recairá tanto sobre a interpretação de textos particulares, mas sobre a postura epistemológica geral que Aristóteles assume a esse respeito; em conformidade com isso, procurei evitar controvérsias acadêmicas, na medida em que não afetam pontos metodológicos muito gerais. Em particular, desejo pôr em destaque sua firme rejeição da exigência de que o conhecimento deva sempre ser respaldado por prova ou demonstração, e relacioná-la com a ideia de que as aporias

¹ LONG, A. A. "Aristotle and the History of Greek Skepticism". In: O'MEARA, D. J. (org.). *Studies in Aristotle*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1981, p. 105. Na presente edição da *Sképsis* o leitor encontra a tradução do referido texto: *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 24.

Tradução do texto "Aristotle and the History of Skepticism", de Alan Code, tal como publicado em: NIGHTINGALE, A.; SEDLEY, D. (eds.). *Ancient Models of Mind: Studies in Human and Divine Rationality*. New York: Cambridge University Press, p. 97–109. Agradecemos à Cambridge University Press pela cessão dos direitos de tradução para publicação na *Sképsis*, bem como ao autor pela autorização expressa para esta tradução. Agradeço a Nazareno de Almeida pela leitura criteriosa desta tradução, bem como pelas sugestões e indicações de aprimoramento.

não constituem um obstáculo ou impedimento à busca de princípios. Aporias acerca de um certo domínio de investigação nem sempre precisam ser resolvidas antes que os princípios sejam estabelecidos,² e, nos casos em que aporias levaram alguns a negar ou pôr em questão algo que Aristóteles toma como um princípio, ele vê aí oportunidades de oferecer diagnósticos elucidativos de seus erros e de persuadi-los da verdade.

No início de seu seminal artigo, Long compara esquematicamente uma atitude cética e uma atitude aristotélica quanto ao papel das aporias na investigação filosófica. Embora as aporias desempenhem um papel crucial tanto no relato que Sexto Empírico oferece da origem do ceticismo quanto no próprio tratamento, por Aristóteles, da metodologia filosófica na *Metafísica*, a atitude de Aristóteles para com elas é notavelmente diversa daquela exemplificada nas várias formas de ceticismo antigo. Para Aristóteles, a formulação e subsequente elaboração das aporias coloca-nos em melhor posição para descobrir a verdade. Uma função desse tipo de exame é, nas palavras de Long, “expor os problemas a considerar e fornecer material possível para sua solução.”³ Ao tratar da necessidade de um exame das aporias como preliminar à investigação, *Metafísica* III,1, nos diz que alguém que não tenha antes explorado as aporias é como um viajante que empreende uma jornada sem conhecer o seu destino.⁴ As aporias podem ajudar a estruturar uma investigação, e a familiaridade com elas torna alguém melhor juiz da verdade.⁵ Longe de constituírem um impedimento ao conhecimento, as aporias tornam claro um alvo ou destino para a investigação filosófica. Percorrer as aporias coloca-nos em melhor posição para saber que encontramos a verdade a respeito de determinado assunto.⁶

Em nítido contraste, o exame das aporias conduz à suspensão do juízo para o proto-cético descrito por Sexto. Os proto-céticos inicialmente passaram a examinar as aporias na tentativa de determinar o que é verdadeiro e o que é falso, e o fizeram com o objetivo de deixar de ser perturbados quanto ao que deveriam aprovar. Uma observação notável que Long faz a esse respeito é que, tal como foi descrito até aqui, esse relato poderia quase ser tomado de empréstimo de Aristóteles.⁷ Long explica, porém, que as tentativas de sanar as discrepâncias levaram o proto-cético ao objetivo original de uma maneira completamente inesperada. A tentativa de encontrar um critério para dirimir as questões problemáticas não terminou, para eles, na obtenção de um critério, mas antes conduziu ao reconhecimento de que as opiniões conflitantes tinham o mesmo peso, e daí levou à suspensão do juízo. Sem nos determos agora nas nuances desse relato, basta, para o argumento de Long, que o resultado descrito do exame das aporias pelo proto-cético seja a suspensão do juízo. Sexto não está, claramente, descrevendo

² Em alguns casos, ele insistirá que uma posição rival torna irresolúvel uma aporia acerca de algum ponto central, ao passo que, dadas as suas próprias distinções e posições positivas, já não há problema. Tal é a sua atitude quanto à unidade dos objetos definíveis (Aristóteles, *Metafísica* VIII, 6, 1045a20–25). Embora ele pareça chegar às teses que resolvem a aporia independentemente de considerações acerca dela, a capacidade que tais teses têm de solucioná-la é um argumento em seu favor.

³ LONG, A. A. “Aristotle and the History of Greek Skepticism”, p. 84; LONG, A. A. *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 6. Como veremos, elas também podem exercer uma função esclarecedora depois que resultados positivos foram obtidos.

⁴ *Metafísica*, III, 1, 995a34–36.

⁵ *Metafísica*, III, 1, 995b2–4.

⁶ *Metafísica*, III, 1, 995a36–b2.

⁷ Contudo, como será mostrado adiante em conexão com uma aporia acerca da mudança, na *Física*, para Aristóteles o tratamento de uma aporia pode vir depois de a verdade já ter sido estabelecida.

alguém que tenha sido colocado em melhor posição para decidir ou julgar quais opiniões são verdadeiras, nem está descrevendo uma metodologia que logre alcançar conhecimento.

2 Conhecimento demonstrativo e a necessidade de princípios

Em conexão com o “material que serve de base aos *tropoi* pirrônicos ou ‘modos’ de suspensão do juízo”,⁸ Long chama a atenção para o fato de que Aristóteles mostra familiaridade com estratégias argumentativas que mais tarde aparecem nos cinco modos de Agripa. Em particular, ele considera que Aristóteles antecipa e responde ao segundo, ao quarto e ao quinto desses expedientes pirrônicos, em seus esforços para evitar as acusações de que o conhecimento demonstrativo seria viciado por um *regresso ao infinito*, ou pelo uso de *premissas hipotéticas* que não são elas mesmas conhecidas, ou ainda seria possível apenas sob a condição de que se admitisse a *prova circular*. Além disso, Aristóteles está ciente do uso polêmico a que podem ser submetidos os modos que invocam a *diaphonia* (conflito irresolúvel) ou a relatividade, o primeiro e o terceiro modos de Agripa. Assim, as cinco estratégias gerais desempenham algum papel nas tentativas de Aristóteles de estabelecer teses epistemológicas próprias.

Uma forma de conhecimento que tinha particular importância e interesse para Aristóteles era o conhecimento demonstrativo. Tal conhecimento é restringido às verdades necessárias e é alcançado por dedução de conclusões a partir de verdades imediatas que não carecem, elas mesmas, de explicação ulterior. Para Aristóteles, a investigação científica que conduz à resolução da perplexidade e do espanto é, de maneira preeminente, uma busca por tais princípios explicativos, ou pontos de partida do conhecimento. Toda compreensão teórica procede, de modo rigoroso, a partir de princípios primeiros indemonstráveis. Verdades gerais podem ser conhecidas e compreendidas traçando os fatos e características observáveis do mundo até suas fontes explicativas, e então localizando as verdades eternas e imutáveis em seu devido lugar numa estrutura axiomática. Aristóteles concebe o conhecimento demonstrativo como exigindo provas silogísticas que utilizam, como premissas, princípios que sejam “verdadeiros e primitivos e imediatos e mais familiares que, e anteriores a, e explicativos da conclusão”.⁹ A ideia aqui é analisar uma demonstração científica como um silogismo (ou cadeia de silogismos) em que cada premissa é ou um princípio primeiro indemonstrável ou algo que, por sua vez, foi demonstrado.

Embora as conclusões sejam verdadeiras se o argumento é válido e as premissas verdadeiras, mais do que essas duas características são requeridas para uma demonstração genuína. Entre outras coisas, uma prova deve proceder a partir de princípios, e Aristóteles pensa que os princípios primeiros de uma ciência não podem eles próprios carecer de prova ou explicação. Em consequência, ele rejeita a tese de que todas as coisas cognoscíveis devam ser demonstradas, e insiste em que a prova científica procede, em última análise, a partir de pontos de partida indemonstráveis. Ao rejeitar a tese de que tudo o que é cognoscível deve ser provado, compromete-se com a ideia de que alguns princípios são conhecidos sem prova, e acusa de falta de instrução aqueles que não entendem quais proposições não requerem demonstração.¹⁰ Nem tudo possui, ou requer, um relato explanatório, e é impróprio buscar tal relato onde nenhum pode ser oferecido. Com efeito, ele chega

⁸ LONG, A. A. “Aristotle and the History of Greek Skepticism”, p. 85; LONG, A. A. *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 6.

⁹ *Segundos Analíticos*, I, 2, 71b21-22. Tradução do inglês a partir da tradução de Jonathan Barnes.

¹⁰ *Metafísica*, IV, 4, 1006a5-6.

a afirmar que as próprias pessoas que formulam esse tipo de exigência irrazoável mostram, por suas ações, que na verdade não estão convencidas de sua própria tese.¹¹ Sua afirmação de que os princípios são conhecidos sem demonstração não é ela mesma um princípio, nem algo que ele demonstre, mas antes algo que ele toma como incorporado na atitude de todos os que se engajam em discussão epistemológica.

É nesse ponto que alcançamos uma tese crucial para a própria resposta de Aristóteles a uma variedade de ataques à sua versão de epistemologia fundacionalista. A resolução da perplexidade e o discernimento da verdade científica exigem que haja princípios que não são conhecidos por serem deduzidos de algo mais, mas conhecidos imediatamente, de modo não dedutivo. Os princípios primeiros não são conhecidos por meio de demonstração, mas são conhecidos de maneira melhor do que os teoremas científicos que explicam. Ele diz que são objetos do *noûs*, ou “intelecto”, e não do conhecimento demonstrativo.¹² O tipo de conhecimento que temos dos princípios é superior ao conhecimento demonstrativo. Como veremos, Aristóteles considera explicitamente desafios a esse quadro, formulados por aqueles que insistiriam — em oposição ao que ele próprio acredita — que todo conhecimento é demonstrativo. Se essa posição oposta fosse correta, não haveria tal coisa como conhecimento *imediato* dos princípios.

Em *Segundos Analíticos*, Aristóteles considera dois tipos distintos de oponente ao tipo de epistemologia fundacionalista que esse tratado apresenta e endossa.¹³ Como Aristóteles formula a posição deles,¹⁴ “alguns pensam que, porque se deve conhecer os primeiros princípios, não há conhecimento algum”; por outro lado, a necessidade de conhecer as coisas primeiras levou alguns a pensar que o conhecimento existe, “mas que há demonstrações de tudo”. Ambos os tipos de oponente têm em comum a suposição não-aristotélica de que todo conhecimento é demonstrativo, mas divergem quanto a saber se o conhecimento é possível.

Os oponentes do Primeiro Grupo partem da seguinte disjunção: ou há um regresso ao infinito de demonstrações, ou a demonstração depende de premissas indemonstradas. Mais explicitamente: ou o processo de demonstrar as premissas por meio de novas deduções prossegue sem fim, ou, em algum ponto, o regresso das deduções chega a um termo, e há uma dedução que utiliza uma premissa que não é ela mesma demonstrada. Como esse oponente pressupõe que todo conhecimento é demonstrativo, isso conduz à conclusão de que o conhecimento não é possível. Nas palavras de Long, “ou a passagem do posterior ao primeiro é uma série infinita, ou finita; se infinita, as verdades primeiras jamais podem ser alcançadas; se finita, as verdades primeiras não podem ser conhecidas, porque não podem ser demonstradas.”¹⁵

Consideremos agora o segundo tipo de objeção. Um oponente do Segundo Grupo não nega a existência de conhecimento, mas sustenta, ainda assim, uma posição que guarda afinidade evidente com um tipo de estratégia cética. Esse oponente acredita que há conhecimento e, como os oponentes do Primeiro Grupo, concorda que todo conhecimento é demonstrativo. Contudo, ele sustenta que as premissas de uma demonstração são conclusões de outra. Esse expediente permite

¹¹ *Metafísica*, IV, 6, 1011a8–13. Não se especifica exatamente quais aspectos de seu comportamento ele tem em mente.

¹² *Segundos Analíticos*, II, 19, 100b5–15, especialmente 12.

¹³ LONG, A. A. “Aristotle and the History of Greek Skepticism”, p. 86; LONG, A. A. *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 7–8.

¹⁴ *Segundos Analíticos*, I, 3, 72b5–7.

¹⁵ LONG, A. A. “Aristotle and the History of Greek Skepticism”, p. 87; LONG, A. A. *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 8.

evitar a acusação de regresso infinito e, ainda assim, preservar a tese de que todo conhecimento é demonstrativo. Ao admitir, porém, a possibilidade de demonstração circular, essa posição rejeita a tese aristotélica de que as premissas de uma demonstração silogística são mais conhecidas do que a conclusão. Nesse quadro não-aristotélico, o conhecimento existe, mas não há um conjunto privilegiado de princípios primeiros que sejam conhecidos de modo superior, ou conhecidos de maneira não demonstrativa.

Long sustenta que, em resposta a esse segundo tipo de oponente, Aristóteles joga, *até certo ponto*, “o jogo do cético”, ao rejeitar a possibilidade de prova circular. Entretanto, a própria rejeição de Aristóteles da prova circular repousa sobre a ideia de que premissas que, em última instância, explicam por que outras coisas têm de ser o caso não podem, elas mesmas, necessitar de explicação tal qual aquilo que elas visam explicar.¹⁶ Os princípios primeiros são conhecidos e cognoscíveis de um modo que não envolve, constitutivamente, sua dedução a partir de qualquer outra coisa. Segundo Aristóteles, os primeiros princípios são conhecidos de maneira não demonstrativa. Em vez de anuir a uma postura epistemológica que abra espaço para a existência de conhecimento admitindo a demonstração circular, ele aceita a segunda alternativa do dilema acima formulado. A série que vai do posterior ao primeiro termina em um número finito de passos e, portanto, em premissas que não podem ser demonstradas. Todavia, como não faz parte da posição de Aristóteles que todo conhecimento seja demonstrativo, aceitar essa alternativa do dilema não o compromete com a tese de que as premissas nas quais o regresso se detém sejam incognoscíveis.

É claro que isso não encerra a questão, já que a afirmação de Aristóteles de que há conhecimento não demonstrativo suscita, por sua vez, perguntas sobre a natureza da faculdade mediante a qual as premissas são conhecidas. Como Long observa, uma via pela qual tais questões podem surgir é a de um oponente lançar o desafio de que uma faculdade não demonstrativa como o *noûs* exigiria, ela própria, um critério para justificar que conheça qualquer coisa. Embora o próprio Aristóteles não desenvolva uma aporia nesses termos, ele considera que há aporias acerca de como os primeiros princípios vêm a ser conhecidos e acerca da faculdade mediante a qual são conhecidos. Ele é, contudo, otimista quanto a que se alcance clareza nessas questões após um exame preliminar das aporias pertinentes.¹⁷ Um dos resultados desse exame é a tese de que há dois tipos de conhecimento indemonstrado. Além dos princípios primeiros de uma ciência e de uma faculdade para conhecê-los, há também o conhecimento perceptivo e uma faculdade de percepção. Em uma passagem altamente condensada, que dá ensejo a muitos desafios interpretativos, Aristóteles descreve um relato de como chegamos ao conhecimento dos princípios científicos a partir de percepções individuais.¹⁸ Não há

¹⁶ Conforme, *Segundos Analíticos*, I, 2, 71b29-30 os princípios primeiros são mais conhecidos do que as conclusões que explicam.

¹⁷ *Segundos Analíticos*, II, 19, 99b17-19.

¹⁸ *Segundos Analíticos*, II, 19, 99b34-100a14. Nessa passagem, Aristóteles descreve uma progressão a partir desses pontos de partida iniciais até a memória, e daí até a experiência (caracterizada aqui como constituída por uma pluralidade de memórias do mesmo tipo de coisa). A percepção é responsável, desse modo, por uma apreensão não científica de universais (100b4-5). Ao menos isso é atribuído à faculdade perceptiva e ainda não envolve um conhecimento que seja obtido por meio de um processo de raciocínio. Em certo momento, a indução entra em cena (100b3-4) e, por fim, adquirimos um estado intelectual mediante o qual apreendemos a verdade dos princípios. Os detalhes têm dado margem a muita controvérsia erudita, mas, qualquer que seja a interpretação, Aristóteles se compromete com a tese de que há conhecimento perceptivo, que ele não se baseia em raciocínio ou demonstração e que,

nenhuma exigência de que qualquer percepção sensível particular seja absolutamente certa, nem qualquer tentativa de usar o conhecimento perceptivo para explicar (quanto mais para demonstrar) a verdade dos princípios primeiros.

Dito isso, tenha ou não Aristóteles, em última instância, os recursos para afastar ataques desse tipo, tanto o modo como ele delineia os dois tipos de oponente quanto sua rejeição da suposição que partilham mostram que ele estava familiarizado com o uso dos tipos de estratégias argumentativas gerais que mais tarde aparecem em três dos modos de Agripa. Aristóteles viu sua relevância para a argumentação filosófica sobre a possibilidade do conhecimento e refletiu sobre a atitude que deveria adotar em relação a elas, ao menos no que diz respeito às suas próprias teses positivas sobre a possibilidade e a natureza do conhecimento demonstrativo.

3 Aporias e primeiros princípios de uma ciência

Central para a resposta refletida de Aristóteles às três estratégias céticas agripianas que consideramos é sua insistência na existência de conhecimento indemonstrável. Como é bem sabido, em *Segundos Analíticos* I, 2, há três tipos de primeiros princípios indemonstráveis para uma ciência demonstrativa, e esses primeiros princípios de uma ciência se dividem em axiomas e “postulados”. Os axiomas são comuns a todas as ciências e, sem eles, o raciocínio científico é impossível. Um exemplo central de axioma é aquele que ele considera o mais fundamental de todos os princípios do raciocínio: o princípio de não-contradição. Voltaremos brevemente a esse princípio. Como cada ciência tem seu próprio domínio de investigação, além dos axiomas comuns, os cientistas precisam empregar princípios especiais que sejam adequados ao tipo de objetos que a ciência estuda. São esses os princípios que Aristóteles chama de “postulados” (*theseis*), divididos em dois tipos, definições e suposições. As definições são enunciados que fornecem a essência de um objeto definível e dizem, de algo definível, o que ele é; já uma suposição ou hipótese diz, de algo, que ele é (ou não é). No quadro geral que emerge dos *Segundos Analíticos*, as definições, ou enunciados de essência, funcionam como termos médios explicativos em provas demonstrativas de teoremas.

Até aqui, nossa discussão da resposta de Aristóteles a vários oponentes de sua epistemologia tem sido geral e abstrata, mas, para nossos propósitos, é útil considerá-la no contexto de exemplos de sua própria prática. Farei aqui apenas algumas breves observações sobre o emprego dessas ideias na busca de um ramo genuíno de conhecimento — a filosofia natural. Podemos vê-lo investigando afirmações de existência e definições nos Livros III e IV da *Física*, onde se dedica aos conceitos de movimento, infinito, lugar, vazio e tempo. Para cada um desses tópicos, ele busca estabelecer se existe ou não (e como existe ou não existe) e o que cada um é. Cada um, se existe, é tão básico que é candidato a princípio da ciência e, como tal, sua existência e natureza não são demonstráveis. Não é o caso, aqui, de examinar detidamente a metodologia em jogo nessas discussões. Em vez disso, utilizarei apenas um exemplo para iluminar um papel que as aporias podem desempenhar numa investigação sobre definições. Embora o tratamento de cada um desses tópicos envolva aporias, cada discussão também nos deixa com resultados positivos bem definidos.

Considere-se a solução dada por Aristóteles a uma aporia à qual ele alude na frase de abertura de III, 3. Embora ele não formule explicitamente essa aporia de modo a perguntar onde ocorre uma mudança, é claro que seu tratamento faz uso de

de algum modo, o conhecimento dos princípios primeiros advém, em última análise, da percepção (100a10–11).

um princípio definicional que já foi aceito. É importante notar que a invocação dessa aporia ocorre *depois* do primeiro capítulo já nos ter fornecido sua definição de mudança como a *entelecheia* do potencial enquanto tal, e depois do capítulo imediatamente precedente já ter afirmado que “a correção dessa definição é evidente tanto quando consideramos as explicações do movimento dadas pelos demais, quanto pela dificuldade de defini-lo de outro modo”.¹⁹ Nos outros casos, na *Física* III e IV, as aporias vêm antes de sua própria exposição positiva; mas, neste caso, o exame da aporia não faz parte de uma tentativa de determinar a verdade acerca do tópico em investigação (a mudança).²⁰

Ele inicia III,3 com a afirmação de que “a solução da dificuldade é clara: o movimento está no móvel”.²¹ Ele não especifica, aqui, qual aporia sobre o lugar da mudança tem em mente, mas o material do capítulo imediatamente anterior pode sugerir algo como o seguinte. Aquele capítulo sustentava que, dada sua definição, a causa do movimento será “o contato com aquilo que pode mover”.²² Em virtude desse contato entre agente e paciente, haverá também alguma mudança no agente, desde que o agente seja o tipo de coisa que pode mover-se. Dado que a mudança exige o contato do agente com o paciente, e que, se o agente é o tipo de coisa que pode ser mudada, ele próprio se modifica ao agir sobre o paciente, poderia surgir a questão de saber se a mudança em questão não estaria *no* agente. Suponha-se, por exemplo, que um construtor de casas transmita a forma de uma casa a certo material de construção por meio de algum tipo de contato direto ou indireto com ele. Aristóteles acaba de argumentar que, numa tal transação, o construtor também seria modificado. Consequentemente, deve haver uma mudança que ocorre *no* agente. Nesse caso, seria razoável perguntar por que o construir-uma-casa não é o que está ocorrendo no construtor. Aristóteles, porém, entende que, tendo dado sua própria definição de mudança e tê-la defendido mediante argumentos que mostram sua superioridade sobre tentativas rivais, encontra-se agora em posição de dizer, sobre a aporia acerca do lugar onde ocorre a mudança, que sua solução é clara (seja ela qual for). Não se trata de um simples acréscimo tardio ao fim de sua discussão da mudança. A alegação não é que a solução seja clara para qualquer um, mas que, uma vez que estejamos de posse de sua definição correta de mudança, a solução torna-se então evidente.

Dada sua definição de mudança, é claro que a mudança do construir-uma-casa ocorre no material, não no construtor, porque a mudança é definida como a atualidade daquilo que é *mutável*. No caso em questão, a mudança é o construir-uma-casa, e isso é, por definição, a atualidade daquilo que é capaz de mudar de tal modo a ser uma casa. Qualquer mudança por que o construtor passe em virtude do contato com o material não é o construir-uma-casa, porque o construtor não é capaz de transformar-se em casa e, portanto, não é uma casa em potência. Há, nessa mudança, tanto uma capacidade ativa quanto uma capacidade passiva ou receptiva: primeiro no agente; depois no paciente. O material possui sua própria capacidade passiva ou receptiva, e o construir-uma-casa é a atualidade da casa em potência pela ação de

¹⁹ *Física*, III, 2, 201b16-18.

²⁰ Henry Mendell, em comentários a este ensaio preparados para o colóquio “Models of Mind”, classificou de maneira útil a aporia a respeito da mudança como “esclarecedora”, em função do papel que desempenha na investigação, e distingue tais aporias das aporias “probatórias” relativas ao infinito, ao lugar, ao vazio e ao tempo. Estas desempenham um certo papel na constituição do terreno conceitual para um resultado positivo. Em qualquer dos casos, Aristóteles está utilizando aporias como parte do desenvolvimento de um princípio e não considera sequer a possibilidade de que o exame delas conduzisse à suspensão do assentimento (ou ao abandono da busca pela verdade).

²¹ *Física*, III, 3, 202a13-14.

²² *Física*, III, 2, 202a8.

algo dotado de um poder ativo, ou capacidade, de produzir precisamente essa mudança — isto é, o construir-uma-casa. O próprio construir-uma-casa é a atualidade conjunta da capacidade ativa e da capacidade passiva, e há apenas uma mudança que constitui o exercício de ambas. Essa única mudança ocorre no paciente.²³

Temos aqui, então, um exemplo de um tipo de uso das aporias numa ciência efetiva. O uso que Aristóteles faz da aporia não conduz à suspensão do juízo, nem, neste caso, deixa a aporia sem solução. Ao contrário, ele utiliza um princípio primeiro já estabelecido — sua definição de mudança — para mostrar como ela deve ser resolvida. A definição de mudança pode ser utilizada numa explicação da proposição de que a mudança ocorre no paciente, e tal explicação estabelece que algo é o caso e mostra por que deve sê-lo. A definição foi alcançada antes da solução da aporia; ele não está utilizando a aporia para descobrir ou estabelecer a definição correta de mudança, nem pensa que ela constitua um desafio sério à verdade do princípio que já articulou.

4 O princípio de não-contradição

As considerações gerais relativas à prova circular, ao regresso infinito e semelhantes dizem respeito, para Aristóteles, a problemas sobre o conhecimento científico universal, não a problemas atinentes à determinação de fatos individuais acerca de objetos perceptivos individuais. Embora a percepção desempenhe um papel crucial na aquisição do conhecimento dos princípios, o tipo de epistemologia fundacionalista que ele endossa não assume a forma de uma busca por um fundamento perceptivo seguro em verdades certas ou indubitáveis acerca de objetos *individuais* da experiência.²⁴ Além disso, embora ele entenda que as percepções sensíveis dos objetos próprios dos sentidos sejam as menos propensas ao erro, seu tratamento do conhecimento científico não apresenta uma epistemologia segundo a qual esse tipo de conhecimento sensível se estenderia, por dedução, a outros conhecimentos sensíveis de fatos adicionais sobre objetos individuais perceptíveis.²⁵

²³ Aristóteles observa, em seguida, que esse resultado, por sua vez, apresenta uma dificuldade “lógica” (202a21–22). Se agir e padecer são diferentes, ainda podemos perguntar em que se situam esses dois movimentos. A agência está no agente e a passividade no paciente, ou ambos estão no paciente? Embora eu não procure aqui analisar esse desdobramento, vale notar que a discussão de Aristóteles envolve o esclarecimento de que agência e passividade — uma sendo a *entelecheia* do agente e a outra a *entelecheia* do paciente — são diferentes quanto ao enunciado do que seja a sua essência. Embora Aristóteles não o diga explicitamente, a falta de clareza sobre esse ponto seria um impedimento para a compreensão da definição de mudança como *entelecheia* do potencial enquanto tal. Ainda que a capacidade ativa de produzir uma mudança esteja no agente e a capacidade passiva correspondente esteja no paciente, nada impede que esses dois aspectos tenham uma única *entelecheia* situada no paciente. A solução dessa aporia “lógica” adicional dissipa uma confusão que impediria alguém de compreender a definição. A remoção dessa confusão é necessária (embora não, por si só, suficiente) para conhecer a definição *enquanto* princípio primeiro.

²⁴ LONG, A. A. “Aristotle and the History of Greek Skepticism”, p. 97; LONG, A. A. *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 17. Long observa, com acerto, que Aristóteles não está respondendo a um desafio “que fez da certeza perceptiva e dos critérios de verdade os problemas principais da filosofia”. Ele concorda, nesse ponto, com a afirmação de Burnyeat de que “Aristóteles não toma como ponto de partida o problema da certeza perceptiva”. ‘Aristotle on understanding knowledge’. In: BERTI, E. *Aristotle on Science: The “Posterior Analytics”*. Padua: 1981, p. 97-140.

²⁵ Embora o conhecimento científico, como tal, seja universal, na medida em que os casos particulares possam ser subsumidos sob universais cognoscíveis cientificamente, há um sentido em que verdades universais podem ser aplicadas a casos particulares para estender o

Além de perceber cores, sons, sabores e assim por diante (os objetos próprios dos sentidos), há a percepção dos sensíveis comuns (movimento, magnitude, figura e número), bem como a percepção accidental de vários tipos (por exemplo, vemos o filho de Diáres).²⁶ Esses são modos menos confiáveis de percepção, e não se faz qualquer tentativa de colocá-los sobre uma base mais segura sugerindo que se devam deduzir, silogisticamente, afirmações desse tipo a partir das percepções mais certas dos objetos próprios dos sentidos. Quando Aristóteles discute problemas e aporias concernentes à percepção de particulares, seu objetivo não é estabelecer o conhecimento perceptivo sobre um fundamento certo e seguro. Ao procurar pontos de partida indemonstráveis, ele se interessa por garantir os princípios do conhecimento científico, e não por fatos particulares acerca de objetos perceptíveis.

É nesse contexto que Long também mostrou a relevância, para Aristóteles, da tipologia diversa de estratégias céticas exibida nos dez modos de Enesidemo. Diferentemente dos modos agripianos, esses modos classificam o que se poderia caracterizar como “um vasto corpo de evidência”²⁷, que inclui todo tipo de fatos gerais sobre a percepção sensível. Não apenas os seres humanos diferem dos animais em suas percepções, mas as percepções diferem de um ser humano para outro e, mesmo no caso de uma única pessoa, as percepções de um sentido diferem das de outro. Além disso, nossas percepções variam tanto quando o nosso estado se altera (acordados, adormecidos, saudáveis, enfermos etc.) quanto quando variam as condições externas. Muito desse material é anterior a Aristóteles e remonta a Xenófanes, Heráclito, Parmênides e Demócrito. Uma parte dele já seria familiar a Aristóteles pelo uso que Platão faz das aparências conflitantes na refutação de Protágoras no *Teeteto*; e muitas dessas considerações reaparecem em *Metafísica* IV, em conexão com sua discussão do princípio de não-contradição. De fato, ele afirma que aqueles que negam esse princípio por genuína perplexidade chegaram a essa posição com base em objetos perceptíveis.²⁸

Ao menos parte das considerações que os levaram a essa visão é semelhante, ou quase idêntica, ao material encontrado nos dez modos. No contexto de sua discussão, na *Metafísica*, de vários fatos acerca de como as percepções diferem e variam, Aristóteles não parece distinguir a tese de que a mesma coisa é, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa das teses aparentadas, embora claramente diferentes, de que tudo é verdadeiro e de que tudo é falso. Talvez, para seus propósitos, não lhe caiba fazer essa distinção, já que está relatando as opiniões de outros; em qualquer caso, ele evidentemente julga que o uso do material desses modos não sustenta nenhuma dessas formulações da tese.

O princípio de não contradição é, para ele, o mais firme e seguro de todos os princípios, e deve ser conhecido por qualquer um que conheça seja o que for.²⁹ Aristóteles o formula de diversas maneiras, mas, por ora, basta a seguinte formulação: “O mesmo atributo não pode, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer ao mesmo sujeito, no mesmo aspecto”.³⁰ Não pode haver demonstração científica desse princípio precisamente porque não há nada anterior a ele e que o explique. Para Aristóteles, o princípio de não-contradição é um fundamento de todo raciocínio. Ele é tão fundamental para a nossa capacidade de raciocinar que

conhecimento acerca de particulares sensíveis. Isso poderia ocorrer mesmo a partir de generalizações indutivas que não constituem conhecimento científico em sentido estrito. Contudo, nosso conhecimento perceptivo de objetos sensíveis não é adquirido desse modo.

²⁶ *De Anima*, II, 6.

²⁷ LONG, A. A. “Aristotle and the History of Greek Skepticism”, p. 89; LONG, A. A. *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 10.

²⁸ *Metafísica*, IV, 5, 1009a22-23.

²⁹ *Metafísica*, IV, 3, 1005b17-23.

³⁰ *Metafísica*, IV, 3, 1005b19-20.

simplesmente não há nada mais básico a que se possa apelar para mostrar *por que* deve ser verdadeiro. Trata-se, portanto, do exemplo *par excellence* de algo que se deve aceitar sem demonstração.

Há, contudo, um sentido em que ele pode ser demonstrado. Segundo *Metafísica*, IV, 4, é possível oferecer uma prova *elêntica* em que as premissas sejam fornecidas por um interlocutor que negue o princípio.³¹ A ideia básica é que, se um oponente que o nega diz algo com significado, Aristóteles entende que esse interlocutor terá de conceder premissas que refutam a própria tese. É claro que o oponente pode simplesmente recusar-se a falar e, nesse caso, não haveria discussão nem argumento; e, mesmo que Aristóteles lograsse refutar o oponente, este poderia recusar-se a admitir a derrota. Afinal, se o oponente sustenta que contraditórios podem ser verdadeiros ao mesmo tempo, mostrar-lhe que suas próprias concessões conduzem a uma conclusão que contradiz sua tese poderia até ser visto por ele como apoio adicional à sua posição.³² O estilo de argumento que Aristóteles emprega contra aqueles que negam o princípio por mera disputa é indireto, na medida em que ataca a conclusão deles como absurda, mas não procura expor algum erro em seu raciocínio.

Aristóteles distingue, porém, o tipo de oponente que nega o princípio por mero gosto pela controvérsia daqueles que são levados a negá-lo por meio da perplexidade.³³ Estes últimos estão em estado de aporia e foram conduzidos à negação do princípio com base em material semelhante ao que mais tarde aparece nos dez modos. Diferentemente dos oponentes puramente contenciosos, Aristóteles pensa que tais pessoas podem ser *persuadidas* a ver o erro em seu modo de pensar. Embora não ofereça aqui uma análise da persuasão como modo argumentativo, ele indica como se pode proceder para livrá-las de sua perplexidade. Depois de diagnosticar a aceitação de uma de suas conclusões equivocadas como resultado do uso de alguma variante de argumento a partir de aparências conflitantes, Aristóteles passa a mostrar como resolver a aporia em questão. As soluções que oferece concentram-se em traçar distinções (por exemplo, entre ser em potência e ser em ato, ou entre diferentes tipos de mudança) que são então aplicadas ao raciocínio equivocado, de modo a mostrar tanto até que ponto suas opiniões contêm alguma verdade quanto onde elas se extraviam. Tal como na aporia sobre o lugar da mudança, tirada da *Física*, essas aporias também são examinadas depois que o primeiro princípio relevante já foi anunciado, e não desempenham qualquer papel na descoberta ou na busca do princípio. Além disso, Aristóteles aborda essas aporias com a expectativa confiante de que, se alguém foi levado a negar o princípio em virtude de uma delas, será *fácil* curá-lo de sua ignorância.³⁴ Essas pessoas estão simplesmente erradas, e as aporias não constituem obstáculos sérios ao conhecimento.

É óbvio como isso contrasta com a nossa descrição anterior do proto-cético. O proto-cético investigava a fim de resolver aporias, mas, eventualmente, argumentos que obedecem a diversos modos conduziram à suspensão do juízo. Se Aristóteles, contudo, tem razão, material como o que se encontra nos dez modos leva essas pessoas a uma condição em que já não dizem coisa alguma.³⁵ Elas já não investigam realmente, mas tampouco dizem algo de determinado. Se é assim,

³¹ *Metafísica*, IV, 4, 1006a11-13.

³² Em *Metafísica*, IV, 6, 1011a15-16 Aristóteles ressalta a futilidade de tentar contradizer, em argumento, alguém que começa por se contradizer a si mesmo.

³³ *Metafísica*, IV, 5, 1009a16-22.

³⁴ *Metafísica*, IV, 5 1009a18-19.

³⁵ *Metafísica*, IV, 4, 1008a30-31.

simplesmente não há, para ele, um desafio aos seus próprios princípios que precise ser enfrentado.

Embora argumentos a partir de aparências conflitantes tenham conduzido alguns à confusão e à perplexidade, para Aristóteles essa perplexidade é resultado de uma formação inadequada e se revela na exigência — a seus olhos, descabida — de que tudo tenha de ser provado. Também aqui, como no caso dos primeiros princípios científicos, Aristóteles confia que as aporias não constituem um impedimento à apreensão da verdade. E, para exprimir esse ponto, nada melhor do que citar as palavras do próprio Long: “ele legou aos filósofos posteriores uma série de defesas contra o ceticismo, algumas das quais eles adotaram, e uma metodologia que transforma os motivos do cético para abandonar a busca do conhecimento em razões para manter a investigação e alimentar a esperança de uma solução.”³⁶ Em resposta àqueles que sinceramente acreditam haver aporias que tornam problemática a verdade de seus princípios, Aristóteles oferece não uma prova, mas a promessa de persuasão.³⁷

³⁶ LONG, A. A. “Aristotle and the History of Greek Skepticism”, p. 105; LONG, A. A. *Aristóteles e a História do Ceticismo Grego*, p. 24.

³⁷ Gostaria de agradecer a Peter Klein e Henry Mendell por seus comentários a uma versão anterior deste ensaio, bem como aos participantes do colóquio *Ancient Models of Mind*.